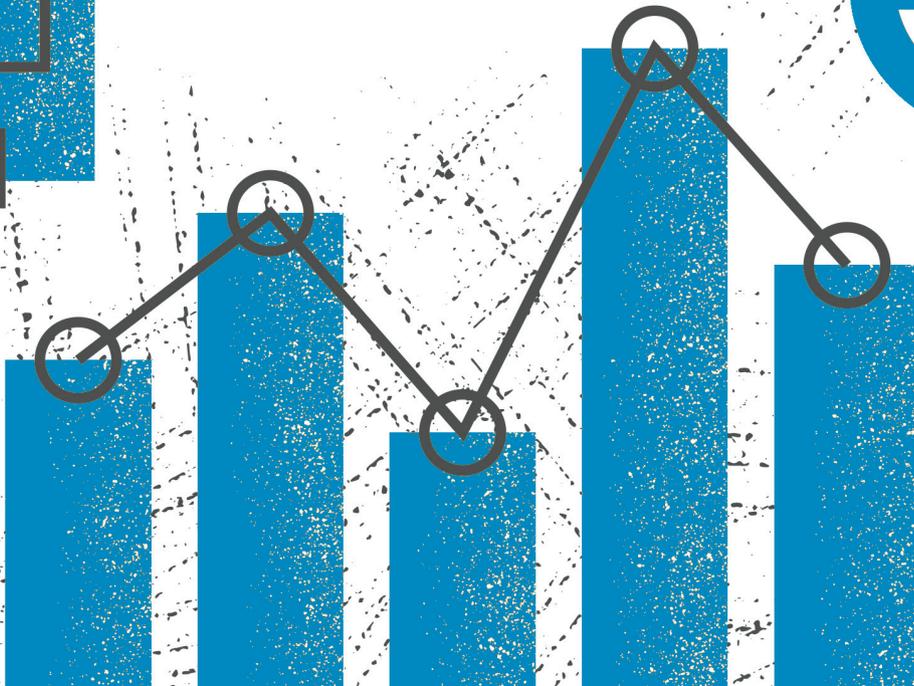
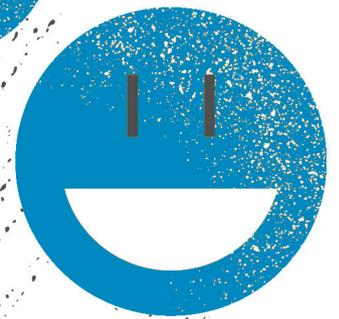
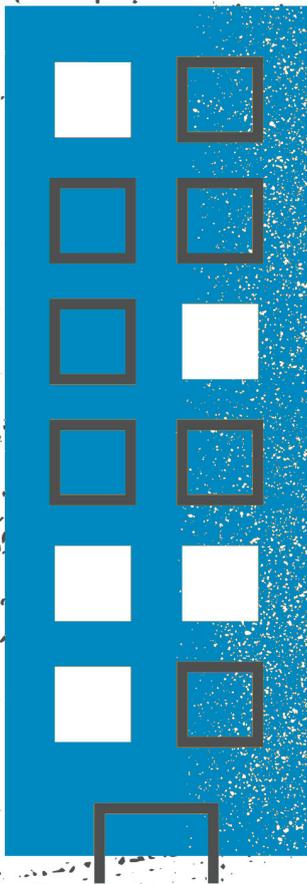
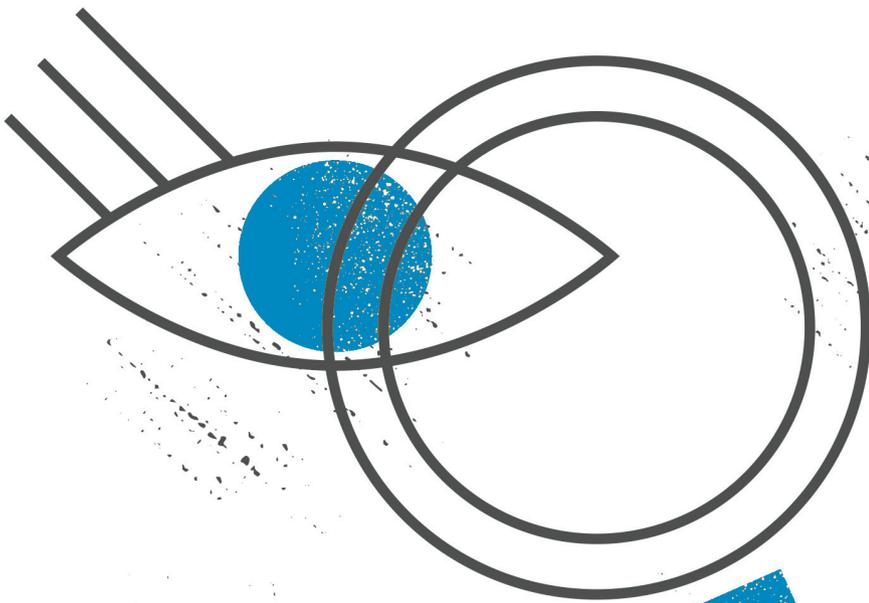


NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA DEFENSORIA



**Relatório
de Pesquisa -
orçamento participativo**

EXPEDIENTE:

Defensora Pública Geral do Estado do Ceará
Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Subdefensor do Estado do Ceará
Leonardo Antônio de Moura Júnior
Secretária Executiva
Sâmia Costa Farias Maia
Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública
Roberta Madeira Quaranta
Coordenadora das Defensorias da Capital
Natali Massilon Pontes
Coordenadora das Defensoras do Interior
Andréa Pereira Rebouças
Assessor de Relacionamento Institucional
Eduardo Antônio de Andrade Villaça
Assessor de Planejamento e Controle
Samuel de Araújo Marques
Assessor Jurídico
Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor de Desenvolvimento Institucional
Ricardo César Pires Batista
Ouvidora Externa
Antônia Mendes de Araújo

Concepção:

Núcleo de Estudo e Pesquisa da Defensoria Pública do Estado do Ceará

Coordenadora de Pesquisa:

Grazielle de Albuquerque Moura Paiva
Assistente de Pesquisa:
José Edmilson Rios Moraes Junior
Assessoria de Comunicação da
Defensoria Pública do Ceará

Coordenadora de Comunicação:

Bianca Felippsen

Designer Gráfico:

Diogo Braga

Equipe:

Ana Paula Lopes, Marcelo Soares, Déborah Duarte,
Evelyn Barreto, Raquel Martins e Wanessa Caitano

Sumário

3. Dados gerais	4
4. Número de participantes	4
5. Detalhamento - portarias	5
6. Detalhamento - comissão do OP	5
7. Detalhamento - consulta pública	7
8. Detalhamento - locais das audiências públicas e quantidade de participantes	9
9. Detalhamento - propostas das audiências públicas	11
10. Retrato do participante	13
11. Pontos de destaque	13

Orçamento Participativo (OP)

1 - DADOS GERAIS

Desde 2016, o Orçamento Participativo (OP) acontece anualmente, contando com a colaboração dos defensores públicos e da sociedade civil, como uma forma de assegurar a qualidade democrática e transparente das decisões administrativas da Defensoria Pública. A cada ano é criada uma portaria que institui a Comissão para Construção do Orçamento Participativo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (CPG-CE) responsável pela supervisão do projeto. Com a publicação da portaria, o OP se divide em três etapas: 1 - criação da comissão, 2 - consulta pública e 3 - audiência pública.

Em um detalhamento, 1- a comissão trata das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA), 2 - a fase da consulta pública é relativa ao momento em que a sociedade civil aponta suas demandas através de um formulário da Defensoria 3 - por fim, acontecem as audiências públicas com a comunidade, proporcionando debates acerca das demandas com maior destaque.

A partir do OP, a Defensoria tem a possibilidade de constatar as demandas, e deste modo pensar em alternativas para solucionar os problemas da população. A seguir faremos o detalhamento anual do OP de 2016 a 2019 indicando dados gerais do projeto e um detalhamento mais específico em 2019, com o retratado do assistido.

2 - NÚMERO DE PARTICIPANTES

2.1 Anos de 2016, 2017, 2018 e 2019

Somatório dos participantes nas consultas públicas e nas audiências públicas (e reunião ampliada): 7902 participantes

- Consulta pública: 5108 participantes

- Audiências públicas: 2794 participantes

2.2 Ano de 2016

Total de participantes: 2058 participantes

- Consulta pública: 1116 participantes

- Audiências públicas: 942 participantes

2.3 Ano de 2017

Total de participantes:

- Consulta pública: 1577 participantes

- Audiências públicas: 910 participantes

2.4 Ano de 2018

Total de participantes:

- Consulta pública: 1214 participantes
- Audiências públicas: 593 participantes

2.5 Ano de 2019

Total de participantes:

- Consulta pública: 1201 participantes
- Audiências públicas: 349 participantes

3. DETALHAMENTO - PORTARIAS

Abaixo temos o detalhamento do OP constando o número das portarias, a criação da comissão, as consultas públicas e as audiências públicas de cada ano.

3.1 - Portaria

Abaixo temos os números e as datas de criação das portarias de cada ano do OP:

- 2016 - Portaria nº 89/2016 - criada em 21 de janeiro.
- 2017 - Portaria nº 053/2017 - criada em 17 de janeiro.
- 2018 - Portaria nº 225/2018 - criada em 31 de janeiro.
- 2019 - Portaria nº 067/2019 - criada em 15 de janeiro.

4 - DETALHAMENTO - COMISSÃO DO OP

Ao todo, as comissão do OP tiveram o total de 49 participantes entre 2016 e 2019. Abaixo temos o detalhamento ano a ano das comissões:

Ano de 2016

Componentes da CPG-CE (11 membros)

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque (Presidente - Defensora Geral da DPGE-CE)

Michele Cândido Camelo

Ricardo César Pires Batista

Amélia Soares da Rocha

Renan Cajazeiras Monteiro

Mônica Maria de Paula Barroso

Tibério Augusto Lima de Melo

Francilene Gomes de Brito Bessa

José Lino Fonteles da Silveira

Merilane Pires Coelho (Ouvidoria Geral Externa da DPGE-CE)

Ana Carolina Gondim Ferreira Gomes (Representante da Associação dos Defensores - Indicado pela Presidência da ADPEC)

Ano de 2017

Componentes da CPG-CE (12 membros)

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque (Presidente - Defensora Geral da DPGE-CE)
Michele Cândido Camelo
Ricardo César Pires Batista
Amélia Soares da Rocha
Francilene Gomes de Brito Bessa
José Lino Fonteles da Silveira
Sâmia Costa Farias Maia
Elizabeth das Chagas Sousa
Mônica Maria de Paula Barroso
Francisco Eliton Albuquerque Meneses
Merilane Pires Coelho (Ouvidoria Geral Externa da DPGE-CE)
Ana Carolina Gondim Ferreira Gomes (Representante da Associação dos Defensores - Indicado pela Presidência da ADPEC)

Ano de 2018

Componentes da CPG-CE (13 membros)

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque (Presidente - Defensora Geral da DPGE-CE)
Michele Cândido Camelo
Ricardo César Pires Batista
Amélia Soares da Rocha
Francilene Gomes de Brito Bessa
José Lino Fonteles da Silveira
Sâmia Costa Farias Maia
Elizabeth das Chagas Sousa
Mônica Maria de Paula Barroso
Francisco Eliton Albuquerque Meneses
Liana Lisboa Correia
Merilane Pires Coelho (Ouvidoria Geral Externa da DPGE-CE)
Ana Carolina Gondim Ferreira Gomes (Representante da Associação dos Defensores - Indicado pela Presidência da ADPEC)

Ano de 2019

Componentes da CPG-CE (13 membros)

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque (Presidente - Defensora Geral da DPGE-CE)
Michele Cândido Camelo
Eduardo Antônio de Andrade Villaça
Mayara dos Santos Rodrigues Mendes
Lia Cordeiro Felismino
Sofia Frota Albuquerque
Sâmia Costa Farias Maia
Elizabeth das Chagas Sousa
Leonardo Antônio de Moura Júnior
Francisco Eliton Albuquerque Meneses
Ricardo César Pires Batista
Merilane Pires Coelho (Ouvidoria Geral Externa da DPGE-CE)

5 - DETALHAMENTO - CONSULTA PÚBLICA

Ao compilar as propostas mais votadas pela população, a consulta pública possibilita a fase da audiência pública. Nesta serão discutidas tanto as sugestões da população através do formulário quanto às propostas demandadas nas próprias audiências. Ao todo, a fase da consulta pública contou com 5108 participantes entre 2016 e 2019. Abaixo temos o detalhamento da consulta pública constando a data, o número de participantes e as propostas que foram mais votadas ano a ano.

Ano de 2016

Data: Entre 03 e 25 de fevereiro

Participantes: 1116

Propostas mais votadas:

1. Fortalecimento da Defensoria Pública no interior
2. Aumento do número de defensor(a) público(a) nas áreas de Direitos Humanos e Ações Coletivas e de Habitação e Moradia
3. Garantir a permanência do(a) defensor(a) público(a) no município
4. Criação e fortalecimento de núcleo de apoio à vítima de violência e familiares
5. Ter defensores(as) públicos(as) em todas as comarcas
6. Fortalecer a atuação da Defensoria Pública na Área da Saúde
7. Atendimento itinerante em áreas de povos e comunidades tradicionais
8. Criar e fortalecer Núcleo de Enfrentamento à Violência contra Mulher
9. Criar Núcleos Especializados (saúde, idoso, gênero, infância e juventude, direitos humanos e outros) no interior do estado e fortalecê-los na capital
10. Ter defensores(as) públicos(as) em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Ano de 2017

Data: Entre 16 de fevereiro e 13 de março

Participantes: 1577

Propostas mais votadas:

1. Mais agilidade no atendimento prévio ao do Defensor Público, com melhor estruturação e mais colaboradores para atendimento ao público

2. Nomeação de mais Defensores Públicos.
3. Realização de mutirões de atendimentos nos abrigos para pessoas idosas e fiscalização destes.
4. Atendimento especializado às mulheres no Juizado da violência doméstica.
5. Fortalecimento do Núcleo de Defesa da Saúde, com inspeções permanentes em instituições de saúde.
6. Melhorar a política de comunicação da Defensoria (na divulgação dos serviços, sinalização dos locais de atendimento e educação em direitos)
7. Ter mais defensores no Núcleo de Moradia e Habitação.
8. Atuação da Defensoria Pública nas escolas e comunidades, especialmente através do Projeto Defensores Populares
9. Criação de núcleo de Direitos Humanos e ações coletivas no interior do estado.
10. Atendimento itinerante para as comunidades tradicionais.

Ano de 2018

Data: Entre 05 de fevereiro e 18 de março

Participantes: 1214

Propostas mais votadas:

1. Ampliação do número de Defensores Públicos, especialmente no interior do estado.
2. Criação de Núcleo especializado em Direitos das Pessoas com Deficiência e adequação da infraestrutura e do atendimento às pessoas com deficiência em todas as unidades da Defensoria
3. Ampliação e estruturação do Projeto Defensoria em movimento, com equipe de trabalho e agenda, além de atendimento periódico na zona rural
4. Ampliação da equipe da Ouvidoria de forma a garantir o atendimento na capital e interior, com criação e capacitação do seu conselho consultivo
5. Ampliação da equipe de atendimento da Defensoria e realização de capacitação continuada visando o atendimento especializado aos usuários da instituição;
6. Criação do sistema de agendamento nas comarcas do interior para usuários(as) que residem nos distritos dos municípios
7. Modernização da estrutura de atendimento da Defensoria, com agendamento e informações de qualidade em meio virtual e por telefone
8. Atendimento descentralizado para as comunidades indígenas e tradicionais do Ceará, no âmbito da competência da DPE
9. Criação do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas para a região do Cariri

10. Criação de fluxo mais rápido e efetivo no processamento dos Habeas Corpus da Defensoria em todo o estado

Ano de 2019

Data: Entre 04 de fevereiro e 15 de março

Participantes: 1201

Propostas mais votadas:

1. Ampliar o atendimento descentralizado da Defensoria nos bairros de Fortaleza.
2. Ampliar e qualificar equipes de atendimento e triagem, com vistas a melhorar o atendimento e diminuir o tempo de espera.
3. Investimento na estrutura física para garantir privacidade de atendimento e sigilo das informações.
4. Atuação do Projeto Defensoria em Movimento na educação de direitos nas localidades mais afastadas das sedes dos municípios.
5. Tornar locais de atendimento mais acolhedores para as crianças, com investimento em estrutura física.
6. Implementação de um núcleo de atendimento especializado em direitos das Pessoas com Deficiência.
7. Humanização no atendimento da Defensoria, com formação dos colaboradores e defensores sobre atendimento não discriminatório, com foco no combate ao racismo e à LGBTfobia.
8. Ampliação do Núcleo de Direitos Humanos para as regiões defensorias do interior do estado.
9. Ampliação do horário de atendimento na sede da Defensoria, inclusive atendimento noturno.
10. Melhorar política de comunicação e sinalização da Defensoria, focando em placas de sinalização, identificação dos órgãos e viabilização de mais opções de transporte.

6 - DETALHAMENTO (LOCAIS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E QUANTIDADE DE PARTICIPANTES) ENTRE OS ANOS DE 2016 E 2019, FORAM REALIZADAS 21 AUDIÊNCIAS E 1 REUNIÃO AMPLIADA.

Total: 21 audiências e 1 reunião ampliada

2016: 5 audiências

2017: 6 audiências

2018: 5 audiências

2019: 5 audiências e 1 reunião ampliada

Abaixo temos o detalhamento dos locais, das datas e do número de participantes nas audiências públicas ano a ano.

Ano de 2016

Ao todo, foram realizadas cinco audiências públicas nas cidades de Aracati, Quixadá, Crato, Sobral e Fortaleza, contando com 942 participantes. Abaixo temos o detalhamento sobre a data, região, e número de participantes de cada audiência:

- Na região de Russas, a audiência cidade de Aracati, realizada no dia 03 de março, contou com 109 participantes.
- Na região de Quixadá, a audiência da cidade de Quixadá, realizada no dia 10 de março, contou com 161 participantes.
- Na região de Juazeiro do Norte e Iguatu, a audiência da cidade de Crato, realizada no dia 17 de março, contou com 307 participantes.
- Na região de Sobral e Tianguá, a audiência da cidade de Sobral, realizada no dia 22 de março, contou com 176 participantes.
- Na região de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia e Crateús, a audiência da cidade de Fortaleza, realizada no dia 09 de abril, contou com 189 participantes.

Ano de 2017

Ao todo, foram realizadas seis audiências nas cidades de Crato, Sobral, Quixadá, Tauá e Fortaleza, contando com 910 participantes. Abaixo temos o detalhamento sobre a data, região, e número de participantes de cada audiência:

- Na região do Cariri e Centro Sul, a audiência da cidade do Crato, realizada no dia 31 de março, contou com 260 participantes.
- No região do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, a audiência da cidade de Aracati, realizada no dia 07 de abril, contou com 140 participantes.
- Na região do Sertão Sobral, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba, a audiência da cidade de Sobral, realizada no dia 5 de maio, contou com 150 participantes.
- Na região do Sertão Central e Sertão de Canindé, a audiência da cidade de Quixadá, realizada no dia 11 de maio, contou com 140 participantes.
- Na região do Sertão do Inhamuns e Sertão de Crateús, a audiência da cidade de Tauá, realizada no dia 25 de maio, contou com 70 participantes.
- Na região da Grande Fortaleza, Litoral Oeste e Maciço de Baturité, a audiência da cidade de Fortaleza, realizada no dia 10 de junho, contou com 150 participantes.

Ano de 2018

Ao todo, foram realizadas cinco audiências públicas nas cidades de Canindé, Limoeiro do Norte, Quixadá, Barbalha, Tianguá e Fortaleza, contando com 593 participantes. Abaixo temos o detalhamento sobre a data, região, e número de participantes de cada audiência:

- Na região do Sertão Central e Sertão de Canindé, a audiência da cidade de Canindé, realizada no dia 27 de abril, contou com 240 participantes.

- Na região do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, a audiência da cidade de Limoeiro, realizada no dia 11 de maio, contou com 100 participantes.

- Na região do Cariri e Centro Sul, a audiência da cidade de Barbalha, realizada no dia (26/07), contou com 123 participantes.

- Na região do Sertão de Sobral, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba, a audiência da cidade de Tianguá, realizada no dia 08 de junho, contou com 80 participantes.

- Na região da Grande Fortaleza, Litoral Oeste e Maciço de Baturité, a audiência da cidade de Fortaleza, realizada no dia 16 de junho, contou com 50 participantes.

Ano de 2019

Ao todo, foram realizadas cinco audiências públicas e uma reunião ampliada nas cidades de Itapipoca, Quixeramobim, Iguatu, Beberibe, Tauá e Fortaleza, contando com 349 participantes. Abaixo temos o detalhamento sobre a data, região, e número de participantes de cada audiência:

- Na região do Litoral Oeste, Sertão de Sobral, Litoral Norte e Serra da Ibiapaba, a audiência da cidade de Itapipoca, realizada no dia 7 de junho, contou com 94 participantes.

- Na região do Sertão Central, a audiência da cidade de Quixeramobim, realizada no dia 26 de abril, contou com 80 participantes.

- Na região do Centro-Sul e Cariri, a audiência da cidade de Iguatu, realizada no dia 10 de maio, contou com 65 participantes.

- Na região do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, a audiência da cidade de Beberibe, realizada no dia 24 de maio, contou com 40 participantes.

- Na região da Grande Fortaleza, a audiência da cidade de Fortaleza, realizada no dia 14 de junho, contou com 50 participantes.

- Na região do Sertão dos Inhamuns, a reunião ampliada da cidade de Tauá, realizada no dia 28 de junho, contou com 20 participantes.

7 - DETALHAMENTO (PROPOSTAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS)

Nas audiências públicas, a sociedade civil pode acrescentar propostas que não estão no formulário da consulta pública, mas que também necessitam de atenção por parte da instituição. Abaixo temos o detalhamento das propostas demandas em audiência nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Ano de 2017

1. Ação estratégica da Defensoria para conflitos socioambientais.
2. Fortalecimento institucional da Defensoria, com a ampliação do quadro de servidores via concurso público.

blico, especialmente de equipes psicossociais.

3. Interiorização da Ouvidoria externa, com ampliação do órgão e do trabalho junto às comunidades.
4. Orçamento Participativo enquanto política institucional criada por Lei; (Audiências Crato, Aracati, Sobral e Fortaleza)
5. Plano de ação da Defensoria para o enfrentamento ao Racismo, envolvendo especialmente o Nudhac; (Audiência Fortaleza)
6. Acompanhamento, pela Defensoria, dos adolescentes junto à DCA, desde a oitiva informal que vem sendo conduzida pelo Ministério Público, sugerindo-se a inclusão da Defensoria no plantão do Projeto Justiça Já! (Audiência Fortaleza)
7. Atuação estratégica da Defensoria junto aos despejos ilegais que vem ocorrendo em Fortaleza, preferencialmente de forma preventiva e na ocasião da reintegração de posse.(Audiência Fortaleza)
8. Política de formação continuada em Direitos Humanos para os Defensores Públicos.

Ano de 2018

1. Orçamento Participativo como política institucional permanente, prevista em Lei.
2. Política continuada de formação em direitos humanos para Defensores(as) Públicos(a).
3. Repensar o concurso público para Defensores considerando cotas, peso dos temas de direitos humanos e perfil engajado do futuro defensor (a).
4. Criação do Núcleo Descentralizado da Defensoria Pública no Grande Bom Jardim.
5. Realização de evento (audiência pública, seminário) para tratar conflitos socioambientais das regiões Litoral leste e Vale do Jaguaribe.
6. Criação do Núcleo de Defesa da Saúde no Cariri.

Ano de 2019

1. Promover formação para as comunidades da zona costeira sobre cessão de uso das terras da união (Caetanópolis de cima e outras comunidades), em parceria com a DPU; (Audiência Itaipipoca)
2. Criar um Grupo de Trabalho para conflitos agrários e socioambientais; (Todas as audiências)
3. Aperfeiçoar a política de divulgação dos serviços da defensoria, enfatizando a gratuidade e as cidades do interior que já tem Defensores; (Audiência Iguatu)
4. Institucionalizar o Orçamento Participativo no âmbito da Defensoria através de Lei; (Iguatu)
5. Instituir uma política de atendimento da Defensoria aos familiares de internos do sistema penitenciário, sobretudo nos dias de visitas; (Fortaleza)
6. Sobre o Núcleo da Saúde: pensar um trabalho de formação junto aos hospitais, para instrumentalizar os profissionais da saúde, principalmente médicos, com a documentação necessária para ajuizar ações na área de saúde. (Audiência Fortaleza)
7. Desenvolver uma política de formação para pessoas das comunidades (Curso de formação para defensores

populares); (Audiências Fortaleza e Tauá)

8. Demanda de atuação do Nuham junto às pessoas que foram removidas para as obras do VLT e estão com os aluguéis sociais atrasados, da mesma forma que não foi ainda construída a moradia que foi prometida para os moradores. (Audiência Fortaleza)

9. Agenda da Defensoria com a comunidade da Prainha do Canto Verde, para tratar demandas referentes ao território e processos em andamento;

10. Uma agenda do Defensoria em movimento na Periferia do Aracati (sugestão de aproveitar a demanda antiga do GT da zona costeira e atender as duas demandas).

11. Pensar numa ação ou estratégia da defensoria para a defesa de defensores de direitos humanos. (Audiência Beberibe)

12. Proposta de Lei que possa incidir nos critérios para o concurso público; (Fortaleza)

8 - RETRATO DO PARTICIPANTE

No que diz respeito ao retrato do participante, formado por sexo e localidade, nos ateremos ao ano de 2019. Abaixo temos o detalhamento:

Sexo

- Dentre os 349 participantes das audiências públicas

- 210 (60,18%) são mulheres
- 139 (39,82%) são homens.

Localidade*

- Referente à localidade dos participantes, temos a seguir em ordem decrescente a lista com as cidades e o número de participantes.

1. Itapipoca - 94 participantes (26,93%).
2. Quixeramobim - 80 participantes (22,92%).
3. Iguatu - 53 participantes (15,18%).
4. Fortaleza - 50 participantes (14,32%).
5. Aracati - 27 participantes (7,73%).
6. Tauá - 20 participantes (5,73%).
7. Beberibe - 13 participantes (3,72%).
8. Acopiara - 6 participantes (1,77%).
9. Icó - 3 participantes (0,85%).
10. Jucás - 2 participantes (0,57%).
11. Crato - 1 participante (0,28%).

OBS: Nesse caso, o recorte não é por local de moradia porque as audiências abrangem pessoas da região, não especificamente do bairro ou cidade onde foram realizadas.

9 - PONTOS DE DESTAQUE

Protagonismo feminino

Relativo ao recorte por sexo, seguindo o apontado em outros projetos, as mulheres sobressaem-se na busca dos serviços da Defensoria Pública. No OP, em 2019, o número de participantes mulheres nas audiências públicas foi de 210 (60,18%).

Cidades em destaque

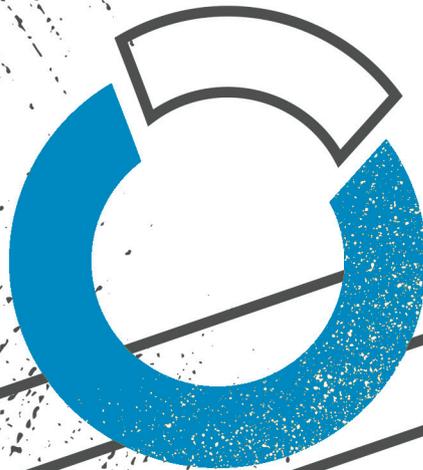
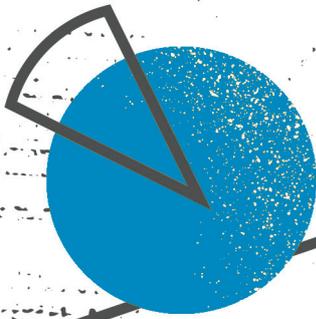
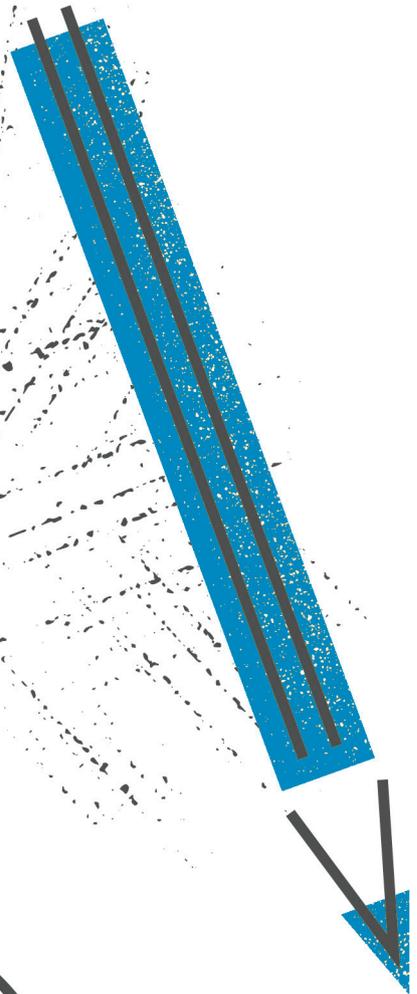
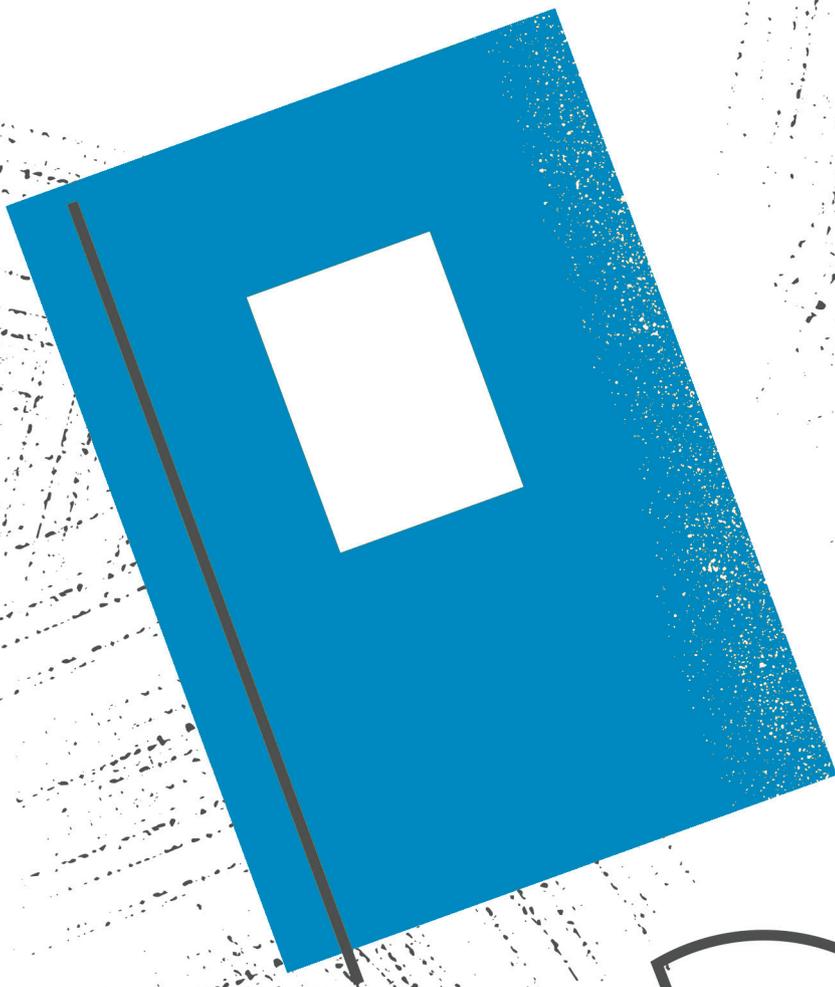
Em cada ano do OP, tivemos cidades distintas protagonistas em participações nas audiências públicas. Em 2016 e 2017, Crato destacou-se tendo respectivamente 307 e 260 participações. Em 2018, Canindé ganhou ênfase recebendo 240 participantes. Em 2019, Itapipoca sobressaiu-se com 94 participantes.

Novos defensores

Uma proposta que aparece reiteradamente, tanto nas consultas públicas quanto nas audiências públicas, é a ampliação do número de defensores públicos. Nesse sentido, é importante destacar que a Defensoria Pública, em 2019, convocou 35 novos defensores aprovados no último concurso, fortalecendo seu quadro e atendendo à demanda social.

Descentralização do atendimento

Nas consultas e nas audiências públicas, um dos pontos que se repete é o pedido pela expansão do atendimento descentralizado nos serviços da Defensoria Pública, através da criação de novos núcleos.



**Escola Superior da
Defensoria Pública
do Estado do Ceará**



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**